

A Relação UE-Ásia Central: Novos Desafios Geopolíticos

Sarah da Mota

Centro de Estudos Interdisciplinares CEIS20, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Maria Raquel Freire

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Bernardo Teles Fazendeiro

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Resumo

Este artigo analisa como a viragem geopolítica da União Europeia (UE), formalizada pela “Comissão geopolítica” de von der Leyen, se manifesta nas relações com a Ásia Central, questionando se esta transformação representa uma rutura genuína com a abordagem normativa tradicional ou uma continuidade de práticas já existentes. Argumentamos que os interesses geopolíticos da UE na Ásia Central sempre estiveram presentes desde os anos 2000, motivados por considerações securitárias, energéticas e de contenção de rivais regionais, particularmente a Rússia e a China. Assentando no pressuposto de que a dicotomia entre valores liberais e geopolítica constitui uma falácia, na prática, entende-se que a nova abordagem representa, em grande medida, o reconhecimento explícito de uma competição internacional crescente. O artigo aponta para dois desafios futuros: o risco de a UE ser arrastada para lógicas de regateio entre potências na região e a necessidade de calibrar o grau de intervencionismo em eventuais divisões internas nos Estados da Ásia Central.

Palavras-chave: Geopolítica; Normativo; União Europeia; Ásia Central; Parceria Estratégica.

Artigo recebido: 23.07.2025

Aprovado: 25.08.2025

<https://doi.org/110.47906/ND2025.171.07>

Abstract

The Central Use Relationship: New Geopolitical Challenges

This article analyses how the European Union's (EU) geopolitical shift, formalised by von der Leyen's "Geopolitical Commission", affects its relations with Central Asia. It questions whether this transformation has led to a genuine break in the EU's traditional normative approach or whether it consists of a continuation of latter-day practices. We argue that the EU's geopolitical interests in Central Asia have been present since the early 2000s, being based on the pursuit of security and energy interests, as well as on the containment of regional rivals, particularly Russia and China. On the assumption that the dichotomy between liberal values and geopolitics is largely a fallacy, we show that the new geopolitical approach represents, to a large extent, the explicit recognition of growing international competition. The article points to two future challenges: the risk of the EU being drawn into balancing and bargaining quarrels among powers in the region and the need to calibrate interventionism in light of potential internal divisions in the Central Asian states.

Keywords: Geopolitics; Normative; European Union; Central Asia; Strategic Partnership.

Introdução

Quando Ursula von der Leyen declarou, em 2019, que a sua Comissão seria uma “Comissão geopolítica” (von der Leyen, 2019), a Presidente da Comissão Europeia formalizou os termos de uma abordagem diferenciada da política externa da União Europeia (UE). Contrastando com os valores e requisitos liberais que a UE habitualmente ressalva na sua projeção externa – comércio livre, privatização, democracia liberal e direitos humanos – a nova Comissão geopolítica enfatiza o regresso da geopolítica à Europa com um “pragmatismo de princípios” a assumir centralidade (Damen, 2022). Se esse contraste entre valores liberais e uma abordagem geopolítica parece evidente do ponto de vista teórico, na prática, a dicotomia revela-se uma falácia. Com base nesta premissa, este artigo pretende revisitar justamente os contornos institucionais e políticos da relação entre a UE e a Ásia Central para ilustrar os novos desafios subjacentes a uma viragem geopolítica ambígua e *sui generis* como a que tem sido a da UE.

Os interesses geopolíticos da UE têm estado sempre presentes na sua atuação, mesmo que nem sempre frontalmente verbalizados. Menos do que a concretização de uma política genuinamente nova, a viragem geopolítica revela, sobretudo, o reconhecimento explícito de uma competição internacional num mundo em que a presença de fronteiras entre grandes blocos, rivalidades e linhas vermelhas adquiriram maior visibilidade. Ao invés do enfoque numa UE permanentemente disposta a alargar-se segundo a adoção dos “critérios de Copenhaga”, Bruxelas reconheceu que a defesa desses valores nem sempre se compatibiliza com os interesses das grandes potências que rodeiam a Ásia Central contemporânea, designadamente a Rússia e a China. Neste sentido, o pensamento geopolítico permite recuperar ou, pelo menos, reordenar a posição da UE dentro do panorama global. Como observa Stefano Guzzini (2017, 402):

Mobilizar o pensamento geopolítico parece particularmente adequado para responder a tal ansiedade ontológica ou crise de identidade. O pensamento geopolítico fornece critérios alegadamente objetivos e materiais para circunscrever as fronteiras (e lógicas internas) das formulações de “interesse nacional”. Invocar interesses nacionais quase inevitavelmente mobiliza justificações em termos mais amplos do que o interesse do governante ou do governo... E a geopolítica é particularmente adequada para tal papel, uma vez que se baseia no determinismo ambiental tanto da geografia física (mobilizada frequentemente através do pensamento estratégico) como da geografia humana/cultural típica dos discursos que essencializam uma nação.¹

1 Todas as traduções neste artigo foram realizadas com recurso ao serviço DeepL de tradução com Inteligência Artificial.

Ao demarcar o local onde – e os blocos entre os quais – as rivalidades começam e terminam, a viragem geopolítica da UE contorna alguma da ambiguidade e incerteza acerca do seu posicionamento desde a última grande vaga de alargamentos a leste e sudeste em 2004. Por forma a acautelar os interesses da Rússia na sua respetiva vizinhança, sem, no entanto, descurar as prioridades dos antigos Estados da União Soviética da Europa de Leste e do Cáucaso, a UE desenvolveu uma Política de Vizinhança (2004), que, mais tarde, permitiu o estabelecimento da Parceria a Leste (2009), sublinhando a dimensão geográfica da política (a par com a União para o Mediterrâneo a sul). Ambos esses programas rejeitavam a competição geopolítica, enquanto ofereciam simultaneamente, via o cumprimento de determinados requisitos, as regalias do seu Mercado Comum a Estados interessados (Manners, 2002; Seeberg, 2009; Freire, 2020). Ora, por culpa dessa ambiguidade, ou porque a Rússia jamais tomou quaisquer um desses programas como isentos de preceitos geoestratégicos, a Parceria a Leste foi, e tem sido, fonte de crítica sistemática, sendo culpabilizada, por alguns, pela revolta Maidan e, inclusive, pela primeira invasão russa da Ucrânia em 2014 (MacFarlane e Menon, 2014; Mearsheimer, 2014). De facto, a abordagem geopolítica tem sido lida como uma forma de contornar fragilidade na atuação da UE: “Ao hastear a bandeira geopolítica, a Presidente da Comissão, von der Leyen, expôs as fraquezas da UE no desempenho de um papel decisivo nas negociações diplomáticas, para não mencionar a capacidade de sustentar palavras com o uso da força, se necessário” (Blockmans, 2020). Assim, a geopolitização da UE emerge simultaneamente como resposta adaptativa às crises contemporâneas e como reconhecimento das limitações do seu poder normativo tradicional.

Em resultado da viragem geopolítica, a UE incorporou, como seria expectável, um vasto leque de instrumentos e considerações estratégicas na sua agenda (Haroche, 2023, p. 970), seguida de uma redefinição de objetivos e capacidades tecnológicas projetadas na construção de um “futuro comum”. A “Estratégia Global” de 2016 evidencia essa alteração, subseqüentemente reforçada na “Bússola Estratégica” de 2022 – documentos estratégicos que permitem reforçar as prioridades da União num contexto político tendencialmente mais volátil. Os documentos estratégicos apontam para três elementos principais: i) a recentragem na segurança interna e estabilidade regional; ii) o pragmatismo estratégico que daqui resulta e tem sido assumido de forma mais clara; iii) e o desenvolvimento de uma abordagem mais centrada na resiliência. As novas capacidades definidas no quadro da Cooperação Estruturada Permanente em segurança e defesa, tal como o Fundo Europeu de Defesa, criado em 2017, a par do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (Freire, 2025, p. 34), bem como o desenvolvimento de projetos de conectividade, equacionados de forma a tenderem a superar questões de concorrência, controlo e esferas de influência, são ilustrativos do processo de capacitação que a UE tem promovido.

Contudo, estes passos permanecem insuficientes para afirmar a autonomia estratégica da União, um “sonho irreal que se confrontou com a realidade” (Costa e Barbé, 2023, p. 431). A mudança geopolítica em curso enfatiza paulatinamente a área de segurança interna da União, enquanto secundariza o discurso tradicional de democratização com enfoque na área de vizinhança (Biscop, 2016, p. 2). Reflete, desta forma, uma abordagem pragmática ao posicionamento e atuação da UE no mundo (Della Sala, 2023, p. 368).² Em conformidade com o reconhecimento desta nova dimensão geopolítica, a UE passa também a sublinhar a existência explícita de rivalidades globais, mesmo quando tenta atenuar um discurso de maior confrontação, tal como exemplificado ao longo deste artigo. De facto, na sequência da invasão russa em larga escala da Ucrânia em 2022, o próprio Parlamento Europeu reconheceu o objetivo de auxiliar a Ásia Central a “contornar” Moscovo (European Parliament, 2024). Acresce que a evolução discursiva da UE acerca da sua relação com a Ásia Central foi crescentemente articulada em torno de uma “narrativa do futuro”, refletindo uma compreensão mais sofisticada de um contexto geopolítico e sociocultural, definido pela necessidade de superar a memória de um passado soviético e de reimaginar o futuro segundo um modelo próprio de modernidade e progresso (Dadabaev, 2015, 2021) que remete para a agência da região e dos seus povos.

O reconhecimento de uma maior competição geopolítica global por parte da UE provoca um conjunto de repercussões incontornáveis para o caso da Ásia Central. Embora as relações da UE com a Ásia Central tenham adquirido relevância geopolítica desde o início dos anos 2000, derivada do começo da chamada “Guerra Global contra o Terror”, liderada pelos Estados Unidos da América (EUA), a identificação de uma maior rivalidade desencadeia efeitos pouco negligenciáveis. A UE tem, por exemplo, procurado dar maior visibilidade aos seus interlocutores na região, algo que nem sempre foi praticado, na medida em que o iliberalismo da região pouco se compatibilizava com os valores da União. Todavia, esse obstáculo tem passado para segundo plano. A 4 de abril de 2025, decorreu a primeira Cimeira UE-Ásia Central, em Samarcanda, no Uzbequistão, onde se salientou o objetivo de elevar a relação entre as duas regiões ao estatuto de Parceria Estratégica: “Devemos agora olhar para o futuro e levar a nossa cooperação a novos patamares”, anunciou por

2 A Bússola Estratégica (2022) tomou também um tom mais assertivo, deixando claro que a segurança europeia se desenvolve em torno do respeito pela soberania, integridade territorial e independência dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas, a par do apoio a uma ordem internacional assente em regras. Josep Borrell, então Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, intitulou o prefácio do documento “O despertar geopolítico da Europa”, e como subtítulo adicionou, “O regresso da política de poder num mundo multipolar contestado” - revelador do esforço de conciliação das dimensões normativa e pragmática da UE num novo referencial geopolítico (Freire, 2025, p. 37).

essa ocasião o presidente do Conselho Europeu, António Costa (European Council, 2025a). Mais interação reforça, porventura, a capacidade para lidar com alguns dos desafios que a UE tem enfrentado nas últimas duas décadas de interação com a Ásia Central. Estes desafios merecem especial destaque, sobretudo se contemplados em função das críticas que a abordagem da UE recebeu por parte de parceiros, rivais e analistas, ao longo das últimas duas décadas. Ademais, independentemente da forma como a UE apresentou os princípios da sua interação multilateral com a Ásia Central, na viragem do século, demonstramos que essa relação sempre assumiu contornos geopolíticos, baseados na prossecução de princípios que nem sempre se coadunavam com as normas de uma economia política aberta e democrática.

Neste sentido, salientamos que o fim da ambiguidade não implica o término das tensões que caracterizaram e que continuarão a caracterizar a conduta de uma UE que defende, por um lado, valores liberais e que, por outro lado, pretende aplacar a influência de rivais, principalmente da Rússia. Destacam-se, por conseguinte, dois desafios especialmente relevantes no futuro próximo. O primeiro desses desafios reside no potencial arrastamento da UE para lógicas de regateio crispadas entre a Ásia Central e as potências que a rodeiam. O segundo desafio consiste em ajustar o grau de intervencionismo da UE na Ásia Central, caso surjam divisões internas ligadas à reforma política e à proximidade com a UE. De modo a explicar estes desafios, o artigo começa por caracterizar a Ásia Central no seu contexto contemporâneo, seguido de uma breve descrição dos objetivos da UE na região. Em seguida, o texto analisa as dinâmicas de geopolitização da “vizinhança”, com enfoque na Ásia Central, terminando com algumas considerações à luz das relações entre a UE e a Ásia Central.

A Ásia Central: Vizinha dos Vizinhos da UE

A Ásia Central é constituída por cinco antigos Estados-membros da União Soviética, a saber, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão, o Turquemenistão e o Uzbequistão. Localizados no centro da Eurásia, ladeados a sudeste pelas cordilheiras do Indocuche e a oeste pelo Mar Cáspio, a Ásia Central apresenta configurações económicas, sociológicas e políticas distintas (Cummings, 2012). Independentemente do legado histórico comum, os cinco Estados seguem políticas externas e projetos de desenvolvimento bastante diferenciados entre si.

O Turquemenistão, por exemplo, apesar de rico em combustíveis fósseis, sobretudo em gás natural, segue uma política de neutralidade positiva que o coloca de parte de grandes parcerias multilaterais. Por essa razão, interage bilateralmente com a UE, principalmente no âmbito de discussões relativas à criação do “Corredor do Meio” (Rota de Transporte Internacional Transcaspiana (TITR)), mas não se demonstra especialmente recetivo à prossecução de uma parceria mais ambiciosa (Anceschi,

2009; 2010). Em contraste como Turquemenistão, o seu vizinho do mar Cáspio, o Cazaquistão, um dos maiores Estados do mundo, rico em minérios e combustíveis fósseis, desenvolve uma política externa ambiciosa, por vezes apelidada de “multivetorial”, a fim de desenvolver parcerias estratégicas com grandes potências, a UE inclusive. Por um lado, o Cazaquistão é membro fundador da União Económica Eurasiática (UEE), mas é também o Estado da região com a Parceria Estratégica mais desenvolvida com a UE, a qual foi renovada em 2015, como um Acordo Reforçado de Parceria e Cooperação (Zabortseva, 2016; Kassen, 2018; Anceschi, 2020), e complementada em 2022 pelo Memorando de Entendimento que estabelece uma parceria estratégica no domínio das matérias-primas, baterias e hidrogénio renovável (European Commission, 2023). Por outro lado, o Quirguistão é topograficamente muito distinto do Cazaquistão. Ao invés da larga estepe do seu vizinho, uma das mais extensas do mundo, o Quirguistão é, sobretudo, montanhoso e muito menos rico em recursos naturais. No entanto, ao contrário dos regimes autoritários que caracterizam a maioria dos Estados da região, o Quirguistão foi, até muito recentemente, um dos países mais democráticos e liberais da Ásia Central, o primeiro da antiga União Soviética a aderir à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1998 (Toktomushev, 2016). Não obstante a sua orientação ocidental, particularmente após a sua independência, o Quirguistão pouco descurou as suas relações com a Rússia. É um aliado de Moscovo dentro da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, um anfitrião da base aérea russa de Kant e, finalmente, membro da UEE. Para além da diversidade política e geográfica, a Ásia Central é contornada por dois dos maiores Estados do mundo, a Rússia e a China. No caso de Moscovo, como já indicado brevemente, as ligações políticas permanecem relevantes, embora a guerra na Ucrânia tenha potencialmente acelerado a sua perda de influência relativa na região. Aliás, nenhum Estado da Ásia Central reconhece explicitamente a legitimidade da guerra ou quaisquer um dos territórios anexados por Moscovo (Engval, 2022; Umarov, 2022; Umarov e Sonoda, 2022). A China, por sua vez, tem assumido um papel de grande preponderância económica na região. Por via do programa de uma Faixa e uma Rota, promovido desde 2013 e anunciado por Xi Jinping numa visita ao Cazaquistão nesse mesmo ano (Jiao, 2013), os Estados da Ásia Central têm todos, sem exceção, interagido com Pequim, a fim de assegurar investimento estrangeiro e de diversificar as respetivas rotas comerciais (Swanstrom, 2005; Thornton, 2020; Lemon e Jardine, 2024). Contudo, embora as ligações políticas e económicas entre a Ásia Central e a China tenham acelerado significativamente na última década, ao ponto de Pequim ter ultrapassado a Rússia como o maior parceiro comercial da região, permanece a desconfiança da sociedade civil em relação aos intuítos do programa de Uma Faixa, Uma Rota (Kassenova, 2022). Em resultado da confluência de grandes potências vizinhas e da história da conquista da região por parte da Rússia no século XIX – na altura, em estreita competição

com o Império Britânico –, a Ásia Central tem frequentemente sido apelidada como o sítio do chamado “Novo Grande Jogo”, de uma disputa geopolítica por influência regional ou até global (Menon, 2003; Blank, 2012; Thornton, 2020; Pradhan, 2022). Apesar desse rótulo ter sido amplamente criticado nas últimas duas décadas do século XX, não deixa de exercer influência na forma como a Ásia Central é tendencialmente apresentada pelos meios de informação. Mesmo do ponto de vista acadêmico, e à parte dos rótulos mediáticos, a Ásia Central é amplamente interpretada à luz de preceitos geopolíticos. Basta referir que, dentro da geopolítica tradicional, e segundo Halford Mackinder, a Ásia Central constitui parte da dita “Heartland” – uma região essencial para a manutenção de domínio global (Mackinder, 1919).

Por todos esses motivos, a Ásia Central tende a ser interpretada através de *tropos* geopolíticos, e com base na suposição de que a rivalidade estratégica será uma tendência predominante na região (Bassin e Aksenov, 2006; Megoran e Sharapova, 2013; Pogacian, 2022). A interação da UE com a região não pode, portanto, descurar a disposição tradicional e conceptual com que é tipicamente interpretada. Essa relação terá de acautelar os interesses de potências mundiais numa escala sem comparação com outras regiões do mundo (Spaiser, 2015, p. 85), em conjunto com o imaginário de rivalidades e equilíbrios de poder frequentemente invocados. De facto, apesar da UE ter preterido até recentemente, sobretudo até 2019, a rivalidade geopolítica, a verdade é que a sua interação com a Ásia Central sempre se pautou por desígnios estratégicos – mais concentrados na segurança, no controlo de migração e na luta contra o terrorismo, do que necessariamente pela tentativa de reformar e até incluir os Estados da região dentro da UE. Ao contrário de outras regiões próximas da UE, a Ásia Central representa um verdadeiro espaço externo, um espaço onde as suas prioridades podem e têm sido prosseguidas sem as promessas de uma eventual adesão futura ao Mercado Comum, ou na ausência de uma proximidade marítima, ou territorial incontornável.

Neste sentido, a Ásia Central é um espaço suficientemente próximo, mas simultaneamente distante, para que uma estratégia geopolítica possa ser decisivamente aplicada. No que se prende com os dez Representantes Especiais da UE (REUE)³, por exemplo, todos eles pertencem a uma política regional mais ampla, se não de vizinhança, que a UE prioriza por várias razões, como promover a paz, o desenvolvimento e conter a migração. Apenas o REUE para a Ásia Central se encontra distante dessa lógica de vizinhança. A Ásia Central nunca pertenceu à Parceria a Leste da UE, o que significa que, ao contrário de outros antigos Estados soviéticos,

3 REUE na Bósnia e Herzegovina, REUE para o Corno de África, REUE para os Direitos Humanos, REUE para o Kosovo, REUE para o Processo de Paz no Médio Oriente, REUE para o Sahel, REUE para o Cáucaso do Sul e a crise na Geórgia, REUE para o diálogo Belgrado-Pristina e outras questões regionais dos Balcãs Ocidentais, REUE para a Região do Golfo.

especialmente na Europa Oriental e no Cáucaso, a região foi considerada como o limite da sua vizinhança.

Em todo o caso, a exclusão da Ásia Central também fomentou alguma contestação. Por exemplo, o Cazaquistão solicitou, há cerca de uma década, fazer parte da Política de Vizinhança da UE (BBC Monitoring International Reports, 2007). Em suma, dentro do quadro geopolítico contemporâneo da Eurásia, a Ásia Central representa uma região na qual a UE pode agir geopoliticamente, invocando gradualmente o pragmatismo de princípios, sem ter necessariamente de se imiscuir nas políticas de integração que têm caracterizado as outras regiões de vizinhança e de potenciais membros com os quais se tem relacionado. De facto, no caso da Ásia Central, não foi necessário a UE manifestar as suas prioridades geopolíticas para que estas acabassem por surgir. Muito pelo contrário, esses interesses manifestaram-se desde o início dos anos 2000.

A Geopolitização dos Vizinhos da UE

Apesar de uma UE geopolítica ser uma constatação recente, como demonstrado acima, os seus objetivos na Ásia Central foram sempre principalmente geopolíticos e com enfoque em segurança e defesa. Embora a interação da UE com a Ásia Central remonte aos anos 1990, as relações assumiram contornos geopolíticos apenas a partir dos anos 2000. A UE passou, portanto, de um doador pouco visível nos anos 1990 para um jogador estratégico no início dos anos 2000 (Bossuyt, 2018). Desde o início dos anos 2000, as metas de Bruxelas incluíram nomeadamente a contenção de organizações terroristas e do tráfico de drogas; a procura por novas fontes energéticas e a criação de novas rotas comerciais, de forma a contornar a Rússia. Em resultado das operações militares dos EUA no Afeganistão no âmbito da “Guerra Global contra o Terror”, as quais foram apoiadas pelos aliados da Aliança Atlântica, a interação multilateral e bilateral da UE na região intensificou-se. Esta dinâmica evidenciou-se a partir de 2003, com o Programa de Gestão de Fronteiras na Ásia Central (BOMCA), que visa, ainda hoje, desenvolver corredores comerciais, gerir fluxos migratórios e eliminar o tráfico de drogas através da Ásia Central (Makarychev, 2020). Essas prioridades não implicaram, porém, um total abandono dos chamados valores liberais da UE, não só porque reformas nos sistemas de governação e o respeito por direitos humanos continuaram a ser invocados, mas também a determinar a interação da UE com a Ásia Central, cujos Estados, na maioria das vezes, se regeram segundo políticas iliberais e abertamente autoritárias (Cooley, 2019; Cooley e Nexon, 2022).

No caso do Uzbequistão e Turquemenistão, por exemplo, a adoção explícita de um regime autoritário, após o fim da União Soviética, foi amplamente divulgada e as-

sumida como necessária para facilitar a transição para a independência (Melvin, 2000; Teles Fazendeiro, 2017). A incompatibilidade destes regimes face à prossecução dos chamados valores da UE colidiu a partir do momento em que Bruxelas procurou dinamizar e reforçar os laços com a região. O Uzbequistão é novamente um caso exemplar. Quando, na altura da Presidência alemã da UE em 2007, o Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Frank-Walter Steinmeier, procurou fortalecer a posição da UE na região por via de uma nova estratégia, Tasquente deixou claro que não cederia (Teles Fazendeiro, 2017). Quando da negociação, o Uzbequistão enfrentava sanções da UE em resultado do massacre de Andijã, de 2005, mas Bruxelas acabou por levantar grande parte das sanções em outubro de 2008, entendendo que surtiram pouco efeito, conseguindo também que o Uzbequistão se compromettesse a organizar, pelo menos, um evento relativo a questões de direitos humanos. Mas as conversações mantiveram-se tensas. Na altura, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão, Vladimir Norov, deixou clara a sua mensagem: “Gostaria de lembrar [a todos] mais uma vez que o Uzbequistão, a delegação uzbeque, não veio aqui prestar contas de nada. Ou seja, a União Europeia não tem o direito de controlar a situação. Somos parte num diálogo entre parceiros iguais – isto é, num diálogo no qual temos um interesse comum” (citado em RFE/RL, 2009). Mesmo assim, as metas geopolíticas sobrepuseram-se aos ditos valores, pelo que a UE aprovou uma nova parceria para os Estados (todos autoritários) da Ásia Central.

A UE tinha desenvolvido, em 2002, o *EU Strategy Paper* para a região, que permaneceu em vigor até 2006 (*Strategy Paper 2002-2006*, 2002), momento em que uma estratégia mais ambiciosa, sob a égide da Presidência alemã da UE, foi formulada em 2007. A estratégia europeia para a Ásia Central foi elaborada em linha com a Política de Vizinhança e, posteriormente, com a Parceria a Leste, visando reformas normativas e de governação. Mas, já então, considerações estratégicas dominavam a agenda, com o Afeganistão a ter grande destaque, a par de considerações de segurança energética, e das dinâmicas do alargamento a leste da UE a contribuir para redesenhar a fronteira externa da União. Naquela altura, a UE apresentava-se ainda como um ator relativamente novo numa região que não era considerada uma área vital para a sua política externa, pelo que a sua imagem era a de um “vigário hesitante”, que combina valores de *soft power* (direitos humanos, Estado de direito, democracia) num conceito de segurança humana não vinculativo, com interesses concretos como a energia (Peyrouse et al., 2012). No domínio da segurança, ciente dos limites do seu poder normativo na região, a UE não fez mostras de pretender impor-se, mas sim projetar-se como um parceiro sensível que nunca dita, e que ouve, empático e confiante, como um “corretor honesto” (Spaiser, 2015, p. 101). Como tal, tentou exercer influência através de uma imagem positiva, mobilizando o seu discurso (declarações oficiais, documentos, representantes) para divulgar uma imagem de si própria como especialista, modelo, conselheira, sem ambições

geopolíticas (ibid., p. 99), preferindo atuar através da Aliança Atlântica e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) – que podem, na verdade, ser vistas como concorrentes da Organização de Cooperação de Xangai e da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (Peyrouse et al., 2012). A ambiguidade – ou hesitação – esteve, portanto, sempre presente.

Face à relevância crescente da Ásia Central na política externa da UE e às transformações políticas no panorama global, sobretudo na sequência da primeira invasão da Ucrânia, a UE fez uma revisão da sua estratégia em 2019. O novo documento, intitulado “Novas Oportunidades para uma Parceria Reforçada”, tenta introduzir algumas mudanças e reajustes, tornando a relação UE-Ásia Central mais flexível, com base num maior pragmatismo e resiliência. O documento está estruturado em torno de três prioridades interconectadas, nomeadamente o investimento em cooperação regional; a parceria para a resiliência; e a parceria para a prosperidade (EU Strategy on Central Asia, 2019). O documento deixa clara a relevância geopolítica da Ásia Central dada a sua “localização geográfica na encruzilhada da Europa e Ásia, a sua quota nas importações energéticas da UE e o potencial de mercado de setenta milhões de habitantes, bem como os interesses da UE na segurança regional” (ibid.). É ainda reforçada a ideia de que deve ser prosseguida uma abordagem inclusiva, evitando tentativas de domínio exclusivo ou hegemónico, sejam estas da China, da Rússia ou de ambas. No entanto, às margens da Estratégia de 2019, a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança da altura, Federica Mogherini, negava firmemente a busca por preponderância geopolítica, concorrência ou por (novas) esferas de influência, privilegiando um enfoque nas pessoas e comunidades locais, não deixando de resgatar os valores da democracia:

Nós, europeus, não estamos aqui por interesses ou jogos geopolíticos. Sabem-no bem. Não é isso que orienta a nossa política externa. Estamos aqui porque acreditamos no potencial desta região e, acima de tudo, no potencial das pessoas desta região. [...] Antes de mais, acreditamos nas pessoas desta região. É por isso que, quando estávamos a elaborar a nossa estratégia, nos envolvemos com muitos de vós nesta sala. Queríamos ouvir as vossas expectativas e aspirações para a nossa parceria e para o vosso futuro. [...] Não se trata apenas de um exercício institucional. Trata-se, antes de mais, de um exercício social, de um exercício de pessoas. [...] (Mogherini cit in. EEAS, 2019).

Para nós, a conectividade não é, nem deve ser, uma questão de criar esferas de influência. Para nós, a conectividade deve sempre centrar-se na criação de oportunidades para todos, a começar pelas comunidades locais em países como os da Ásia Central. É a isto que chamamos a “via europeia” da conectividade. Não em concorrência com os outros; mais em complementaridade, mas acreditamos firmemente em investimentos económicos que possam realmente capacitar as pessoas dos países envolvidos e as comunidades locais de uma forma sustentável. Não se trata apenas de um exercício institucional, mas antes

de mais de um exercício social, de um exercício humano. Por último, acreditamos que só a democracia pode efetivamente realizar o potencial da Ásia Central. Só com meios de comunicação social independentes e um espaço aberto para a sociedade civil, só com um Estado de direito forte e uma boa governação, a Ásia Central pode tornar-se mais forte e mais atrativa também para as empresas. (Mogherini cit. in EEAS, 2019).

Não obstante a rejeição da dimensão geoestratégica crescente da UE, na verdade, o ambiente de rivalidade tem aumentado, sobretudo após a invasão em larga escala russa da Ucrânia em 2022. A partir desse momento, a necessidade de atenuar a influência da Rússia na região, assegurar o abastecimento de minérios e energia, assim como apelar a sua capacidade para contornar sanções, tornaram a Ásia Central uma prioridade essencial para a UE. De qualquer forma, as ambiguidades da UE nunca desapareceram por inteiro, na medida em que a UE se apresentava simultaneamente como um ator não geopolítico, enquanto procurava maximizar as suas vantagens comparativas face à ambição regional de outros (Fawn, 2022). Dito isso, o pendão geopolítico adquiriu especial força nos anos subsequentes pelas razões já invocadas. A definição de roteiros para implementação de políticas, traduzida no *Joint Roadmap for Deepening Ties between the EU and Central Asia*, adotado em outubro de 2023 (Council of the EU, 2023), foi reconhecida como um passo importante na operacionalização das relações. É neste contexto que a primeira cimeira conjunta UE-Ásia Central teve lugar em Samarcanda, a 4 de abril de 2025. O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, comentou:

[A] nossa parceria é um caminho, não um destino. Esta cimeira marca o início de uma nova dimensão nas nossas relações, e não será um evento isolado. Estou ansioso por ouvir os vossos pontos de vista e propostas sobre a forma de aumentar ainda mais a nossa cooperação e de nos concentrarmos nas áreas que trarão maiores benefícios. Juntos, temos de assegurar que a nossa parceria estratégica seja real e dinâmica, produzindo resultados concretos que tenham um impacto duradouro [...] (A. Costa cit. in Conselho Europeu, 2025a).

Como referido, os líderes decidiram atualizar a relação para o nível estatutário de “Parceria Estratégica”. Projetada na duração de uma viagem que se quer duradoura, esta relação pretende transcender aspetos contextuais mais imediatos que possam advir da conjuntura atual.

A dimensão económica da nova estratégia da UE foi particularmente significativa. A UE tornou-se no segundo maior parceiro comercial da Ásia Central, com 59 mil milhões de euros de comércio total em 2023; é também o maior investidor estrangeiro; e ainda o primeiro doador, através de fundos de desenvolvimento da União e da ajuda individual dos Estados-membros. As principais importações da UE pro-

venientes da Ásia Central são o petróleo bruto, gás, metais e fibra de algodão⁴ (Conselho da UE, 2025). Tal aponta para uma agenda de interesses materiais, claramente enquadrados no atual contexto de competição geopolítica por recursos energéticos e tecnologia. Ademais, através da iniciativa *Global Gateway*, promovida em 2021, a UE orientou-se para ligações digitais, de energia e de transporte, alcançando 300 mil milhões de euros em investimentos. Esta orientação sintetiza a abordagem global da UE relativamente à sua Parceria Estratégica com a Ásia Central, numa relação que se quer orientada para a construção de um futuro assente em novas áreas de cooperação, nomeadamente na área dos transportes, matérias-primas críticas (MPC), clima e conectividade (European Commission, 2025a). Como o Presidente do Conselho Europeu sublinhou então, a Estratégia combina novos domínios técnicos inovadores, tecnologia e um futuro comum concebido a longo prazo:

Uma parceria estratégica que reunirá recursos, conhecimentos e tecnologia europeus em prol de uma cooperação mais profunda com a Ásia Central em matéria de ação climática, gestão da água, segurança energética, desenvolvimento ecológico e sustentabilidade. É este o caminho a seguir. Esta deve ser uma parte central do nosso futuro comum (Costa cit. in European Council, 2025b).

Além do mais, Costa aponta que é a Europa quem “tem muito a aprender com a transição energética da Ásia Central” (ibid.), num reequilíbrio de papéis nesta nova Parceria. Nesta mesma linha, von der Leyen refere-se ao papel das MPC:

[A] região possui 40% das reservas mundiais de manganês, bem como de lítio, grafite e muito mais. Estas matérias-primas são a força vital da futura economia mundial. No entanto, são também um ponto de encontro para os atores globais. Alguns estão apenas interessados em explorar e extrair. A oferta da Europa é diferente. Queremos também ser vossos parceiros no desenvolvimento das vossas indústrias locais. O valor acrescentado tem de ser local. [...] Queremos construir uma parceria a longo prazo. Esta parceria beneficia tanto os nossos cidadãos, como os seus filhos e os do futuro. [...] Trata-se de uma parceria que beneficiará tanto a Europa como a Ásia Central. Porque a vossa autonomia estratégica em matéria de matérias-primas é o nosso interesse estratégico (von der Leyen cit in. European Commission, 2025b).

A assinatura bilateral dos Memorandos de Entendimento UE-Cazaquistão e UE-Uzbequistão sobre MPC, além da Declaração de Intenções UE-Ásia Central sobre MPC confirma a vontade de aprofundar a cooperação com os cinco países da Ásia

4 As fibras de algodão são utilizadas na produção de nitrocelulose, um componente essencial das munições, nomeadamente dos invólucros dos cartuchos de artilharia e de morteiros (AUSA, 2014).

Central (ibid.). Outro exemplo prende-se com a conectividade digital, em particular a partilha de satélites europeus com a região. “A Ásia Central pode não ter acesso ao mar, mas tem certamente acesso ao espaço. E o espaço pode ser a vossa porta de entrada para o mundo” (von der Leyen cit. in European Commission, 2025b). A acompanhar este posicionamento, a ideia de que “os vizinhos” da Ásia Central não devem agir como “guardiões” da região (idem).

Estes breves exemplos indicam uma política de cooperação que sustenta um futuro imaginado para a UE e a Ásia Central, no qual as aspirações de segurança e desenvolvimento andam de mão dada com as prioridades estratégicas tecnológicas. Num quadro de maior competição geopolítica e em função dos instrumentos financeiros ao dispor da UE, importa salientar então quais os potenciais desafios no futuro próximo.

Dois Desafios Estratégicos para a UE na Ásia Central

Face aos objetivos políticos vigentes e ao historial de posicionamento geopolítico, importa, portanto, refletir sobre os desafios vindouros. Neste sentido, destaca-se, principalmente, a prossecução dos interesses da UE sem que se arraste para uma lógica de regateio com os Estados da Ásia Central. No caso deste desafio, convém relembrar que as críticas à Parceria a Leste, em parte, se deveram à forma como foi paulatinamente mandatada a competir com a Rússia (Zielonka, 2008; MacFarlane e Menon, 2014). A crise ucraniana, entre 2013 e 2014, reflete precisamente essa lógica de regateio e competição. Na altura, o Presidente ucraniano, Viktor Yanukóvych, demonstrou-se aberto a negociar uma parceria de Associação com a UE, os termos da qual serviram para propor um acordo financeiro generoso com a Rússia, liderado por Vladimir Putin, que ambicionava manter a Ucrânia na sua órbita e convencê-la a aderir à UEE. Neste sentido, quando Yanukóvych procurou jogar com os grandes blocos económicos, provocou uma disputa que rapidamente assumiu contornos geopolíticos, demarcando as linhas que separavam a UE da Rússia. Se isso não bastasse, forçou Bruxelas a tomar uma posição, a qual ficou explicitamente vincada quando, na sequência dos protestos na praça Maidan em Kiev, representantes europeus, tais como Catherine Ashton, então Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, apareceram nas ruas de Kiev a favor dos manifestantes pró-europeus (Mearsheimer, 2014; Wilson, 2014; Sakwa, 2015; Gehring, Urbanski e Oberthür, 2017; Casier, 2019).

Recorde-se que as ramificações do posicionamento geopolítico da UE, assumido ou não, acarretam especial importância. De facto, muitos dos Estados da Ásia Central têm conseguido equilibrar o poder na região e regateado com as potências circun-

dantes, a fim de obter os melhores acordos possíveis (Tskhay e Costa Buranelli, 2020; Cooley e Nexon, 2021; Krivokhizha e Soboleva, 2022; Kassenova, 2023; Nuri-dzenova e Arynov, 2024). Segundo Alexander Cooley (2012), embora a região seja tipicamente lida através das lentes de uma grande disputa geopolítica entre grandes potências, tal como Halford Mackinder antecipava no início do século XX, a verdade é que os Estados da Ásia Central têm logrado posicionar-se no sentido de maximizar, dentro das restrições possíveis, os benefícios oferecidos pelas grandes potências, designadamente os EUA, Rússia e China, assim como a UE. Embora esses equilíbrios possam impedir a consolidação de uma potência dominante na região, um objetivo com o qual Bruxelas se revê na sua viragem geopolítica, poderão também exacerbar o panorama concorrencial, obrigando determinados Estados a optar por um parceiro ao invés de outro.

Por enquanto, uma lógica de soma nula não se tem evidenciado, mas o regateio permanece uma tendência constante na região. A título exemplificativo, em resultado da guerra na Ucrânia e da procura crescente por novas fontes energéticas que possam substituir a Rússia, a UE tem incentivado discussões em torno do dito “Corredor do Meio” ou *Travel to International Relations* (TTIR). Tem, portanto, dialogado com o Turquemenistão e o Cazaquistão com o intuito de desenvolver essas novas vias de comércio e de potencialmente consolidar uma ligação com a China. Mesmo assim, o TTIR representa um rótulo novo para uma ambição já antiga da UE. No início dos anos 2000, quando Bruxelas procurava mitigar a sua dependência energética da Rússia, procurou encetar contatos com o Turquemenistão e consolidar um gasoduto alternativo por via do programa Nabucco, financiado por um consórcio de empresas energéticas europeias e turcas. O projeto acabou por ser abandonado em 2013, mas ofereceu uma vasta gama de oportunidades de negociação junto dos Estados da Ásia Central, forçando também a Rússia a propor alternativas que visavam o escoamento de combustíveis fósseis através do Mar Negro (Kandiyoti, 2008; Fernandez, 2011). Suscitou também um imbróglie geopolítico, já que quando os representantes do Cazaquistão, Turquemenistão e Uzbequistão viajaram a Praga, em 2009, com o objetivo de acordarem as primeiras fases de planeamento do projeto, rejeitaram assinar o documento final (Novaya Gazeta, 2009). Aproveitaram, no entanto, o contexto para renegociar preços e projetos de escoamento de energia com a Rússia. De qualquer forma, quando as tensões entre o Turquemenistão e a Rússia se agudizaram nesse período, Ashgabat renovou o seu interesse no programa Nabucco, o qual acabou por ser extinto poucos anos depois (Interfax, 2009). Novamente, a alternativa de exportar e escoar a sua produção para a China acabou por se revelar prioritária para o Turquemenistão.

Face às dinâmicas de regateio vigentes na Ásia Central, o TTIR pode muito bem fortalecer a capacidade negocial dos Estados da região. Aliás, em resultado da concorrência vigente, é expectável que as grandes potências sejam obrigadas a aumen-

tar as suas ofertas, permitindo também que os Estados da região diminuam o grau de dependência externa. Nessa ótica, a entrada de uma UE abertamente geopolítica na região apenas fortalece a igualdade soberana dos Estados da Ásia Central. De qualquer maneira, tal como nas disputas em torno da Parceria a Leste, uma política de regateio, mesmo que não intencional por parte de Bruxelas, poderá também forçar a UE e potências limítrofes a exacerbar disputas político-económicas, caso prevejam que tenham mais a perder na eventualidade dos seus projetos ou iniciativas serem preteridos. Seja como for, não pretendemos concluir que a UE está de forma alguma condenada a repetir esse desfecho ou que essa tendência esteja agora no horizonte. Apenas procuramos sinalizar que a interação geopolítica crescente na região pode muito bem arrastar a UE para conflitos e negociações complexas, agravando, por conseguinte, o ambiente de rivalidade entre grandes potências.

Por fim, um segundo desafio especialmente relevante remete para o grau de intervencionismo a tomar na Ásia Central, na eventualidade das divisões internas eclodirem e forçarem a UE a tomar uma posição. Apesar da viragem geopolítica, a UE não descurou, como indicado acima, o papel tradicional de fomento de determinados valores. De facto, não só tem associado preferências tarifárias ao cumprimento de certas metas laborais e políticas, como também tem criticado certas práticas de governação na região. De qualquer forma, o maior envolvimento geopolítico da UE na região, simbolizado publicamente pela primeira grande Cimeira, organizada em abril de 2025, a qual contou com os chefes de Estado das cinco repúblicas, bem como com o Presidente do Conselho Europeu e a Presidente da Comissão, pode forçar uma maior tomada de posição relativamente aos valores da UE. Tal representa, de facto, uma dinâmica nova. Quando, há uma década, a região se mantinha sobretudo na periferia dos interesses da UE, as tomadas de posição sobre a natureza da governação na Ásia Central limitavam-se a comissários de maior ou menor relevância, ou a deputados do Parlamento Europeu. Os reparos assumiam contornos técnicos com menor impacto político. Ademais, muitos desses reparos acabavam por desestabilizar pouco os regimes dos Estados da Ásia Central, os quais se têm mantido estáveis e autoritários durante as últimas duas décadas (Lewis, 2008; Cooley e Heathershaw, 2017). Contudo, caso a instabilidade surja, a UE poderá novamente ser arrastada para um conflito interno, a fim de mediar disputas internas – sobretudo, quando a sua visibilidade, entretanto, aumentou na região. Neste sentido, para a oposição política em alguns Estados, inclusive a oposição clandestina, a UE oferece um potencial símbolo de mobilização e contestação.⁵ Por conseguinte, uma UE visível ao mais alto nível pode ser instrumentalizada pelas partes em con-

5 Por exemplo, pouco antes de eleições (pouco livres) no Cazaquistão de 19 de março de 2023, membros da oposição invocaram o nome da UE a fim de pressionarem as autoridades vigentes (BBC Monitoring: International Reports, 2023).

fronto, cabendo a Bruxelas ponderar a resposta ou decidir tornar-se numa parte ativa do conflito, tal como foi na revolução Maidan, em 2013.

Conclusão

A análise das relações entre a UE e a Ásia Central revela a complexidade que subjaz à transição de paradigma da diplomacia transformativa para o pragmatismo de princípios, numa adaptação necessária, mas que levanta questões relacionadas com a coerência da política externa europeia. Uma abordagem mais geopolítica e de alinhamento mais tecnocrático, respondendo aos desafios contextuais e facilitando o diálogo político com regimes iliberais afasta a União da sua agenda mais normativa. Ao mesmo tempo, a dispersão de esforços entre várias organizações pode comprometer a coerência estratégica da UE na região. Da análise, parece claro que a geopolitização da política externa europeia não significa necessariamente uma rutura completa com o normativo europeu, mas antes uma recalibragem de interesses materiais e normativos, com maior pendor para os primeiros. As relações com a Ásia Central mostram exatamente isto, que o poder normativo enfrenta limitações estruturais. No entanto, e apesar das principais prioridades da UE na Ásia Central – conectividade, segurança e geopolítica – se alinharem amplamente com os próprios objetivos da região, para aumentar a sua influência, a UE tem de se apresentar como uma alternativa convincente às potências regionais. Desde 2022, a UE intensificou o seu envolvimento com a Ásia Central e vice-versa, sinalizando novos tempos para esta parceria. Mas a UE tem de encontrar um novo equilíbrio num contexto onde as normas que sustentaram o processo de integração têm sido desafiadas pelo ambiente externo e por tendências políticas mais iliberais e mesmo autoritárias. Esta transformação reflete não apenas as realidades geopolíticas em mudança, mas também a necessidade de a UE adaptar as suas ferramentas de política externa a um mundo onde a geografia e os interesses materiais continuam a moldar profundamente as relações internacionais, e onde a tensão entre pragmatismo e princípios acompanha os desenvolvimentos da política externa europeia.

Agradecimento: Os autores agradecem o apoio de um Marie Curie Staff Exchange (acrónimo do projeto: CARSI, no: 101086415).

Acknowledgment: The authors acknowledge support from a Marie Curie Staff Exchange (grant acronym: CARSI, no: 101086415).

Bibliografia

- Anceschi, L. (2009). *Turkmenistan's Foreign Policy: Positive Neutrality and the consolidation of the Turkmen Regime*. Londres: Routledge.
- Anceschi, L. (2010). Integrating domestic politics and foreign policy making: the cases of Turkmenistan and Uzbekistan. *Central Asian Survey*, 29(2), pp. 143-158. <https://doi.org/10.1080/02634937.2010.498231>
- Anceschi, L. (2020). *Analysing Kazakhstan's Foreign Policy*. Abingdon: Routledge.
- AUSA (2014). Cotton fluffing improves national security, Association of the US Army, 15 abril. <https://www.ausa.org/articles/cotton-fluffing-improves-national-security>
- Bassin, M. e Aksenov, K.E. (2006). Mackinder and the Heartland Theory in Post-Soviet Geopolitical Discourse. *Geopolitics*, 11(1), pp. 99-118. <https://doi.org/10.1080/14650040500524129>
- BBC Monitoring International Reports (2007). Kazakh minister pushes for cooperation at EU-Central Asia meeting. *BBC Monitoring*, 2007, 7 de janeiro.
- BBC Monitoring: International Reports (2023). Party leader says Kazakhstan should join EU, 2 de fevereiro.
- Biscop, S. (2016). The EU Global Strategy: Realpolitik with European Characteristics. *Security Policy Brief 75*, Egmont Institute. <https://www.egmontinstitute.be/app/uploads/2016/06/SPB75.pdf?type=pdf>
- Blank, S. (2012). Whither the New Great Game in Central Asia? *Journal of Eurasian Studies*, 3(2), pp. 147-160. <https://doi.org/10.1016/j.euras.2012.03.005>
- Blockmans, S. (2020). Why the EU Needs a Geopolitical Commission, *CEPS*, 15 de setembro. <https://www.ceps.eu/why-the-eu-needs-a-geopolitical-commission/>
- Bossuyt, F. (2018). The EU's and China's development assistance towards Central Asia: low versus contested impact. *Eurasian Geography and Economics*, 59(5-6), pp. 606-631. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15387216.2019.1581635>
- Bússola Estratégica (2022). *A Strategic Compass for Security and Defence. For a European Union that protects its citizens, values and interests and contributes to international peace and security*. https://www.eas.europa.eu/sites/default/files/documents/strategic_compass_en3_web.pdf
- Casier, T. (2019). The Unintended Consequences of a European Neighbourhood Policy without Russia. *The International Spectator*, 54(1), pp. 76-88. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03932729.2019.1555224>
- Conselho da UE (2025). Comércio UE-Ásia Central, 15 de abril. <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/eu-central-asia-trade/>

- Cooley, A. (2012). *Great Games, Local Rules: The New Great Power Contest in Central Asia*. Oxford: Oxford University Press.
- Cooley, A. (2019). Ordering Eurasia: The Rise and Decline of Liberal Internationalism in the Post-Communist Space. *Security Studies*, 28(3), pp. 588-613. <https://doi.org/10.1080/09636412.2019.1604988>
- Cooley, A., e Heathershaw, J. (2017). *Dictators Without Borders: Power and Money in Central Asia*. New Haven: Yale University Press.
- Cooley, A., e Nexon, D. (2021). *Exit from a Sparse Hegemony: Central Asia's Place in a Transforming Liberal International Order*. Foreign Policy Research Institute. <https://www.fpri.org/article/2021/01/exit-from-a-sparse-hegemony-central-asias-place-in-a-transforming-liberal-international-order/>
- Cooley, A., e Nexon, D. (2022). The Real Crisis of Global Order: Illiberalism on the Rise, *Foreign Affairs*, 101(1), 103-118. <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2021-12-14/illiberalism-real-crisis-global-order>
- Costa, O., e E. Barbé (2023). A Moving Target. EU Actorness and the Russian Invasion of Ukraine. *Journal of European Integration*, 45(3), pp. 431-446. <https://doi.org/10.1080/07036337.2023.2183394>
- Council of the EU (2023). *Joint Roadmap for Deepening Ties between the EU and Central Asia*, 14587/23, COEST 575, Luxembourg, 23 de outubro. <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-14587-2023-INIT/en/pdf>
- Cummings, S. (2012). *Understanding Central Asia: Politics and Contested Transformations*. Londres: Routledge.
- Dadabaev T. 2022, Timur Dadabaev and Shigeto Sonoda, "Silence is golden? Silences as strategic narratives in Central Asian states' response to the Ukrainian crisis", *International Journal of Asian Studies* (ahead of print). doi:10.1017/S1479591422000183
- Dadabaev, T. (2015). *Identity and Memory in Post-Soviet Central Asia. Uzbekistan's Soviet Past*. Londres: Routledge
- Dadabaev, T. (2021). *Decolonizing Central Asian International Relations. Beyond Empires*. Londres: Routledge.
- Dadabaev, T., e Sonoda, S. (2022). Silence is golden? Silences as strategic narratives in Central Asian states' response to the Ukrainian crisis. *International Journal of Asian Studies*, 19(2), pp. 1-23. <https://www.cambridge.org/core/journals/international-journal-of-asian-studies/article/abs/silence-is-golden-silences-as-strategic-narratives-in-central-asian-states-response-to-the-ukrainian-crisis/16AD395FD38439ACC2FF2908855B0D36>
- Damen, M. (2022). Values on the retreat? The role of values in the EU's external policies, *Global trends in external policies*. Brussels: Policy Department for External Relations, European Parliament. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/639318/EXPO_STU\(2022\)639318_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/639318/EXPO_STU(2022)639318_EN.pdf)

- Della Sala, V. (2023). Ontological security, crisis and political myth: The Ukraine war and the European Union. *Journal of European Integration*, 45(3), pp. 361-375. <https://doi.org/10.1080/07036337.2023.218339>
- Engval, J. (2022). Russia's War in Ukraine: Implications for Central Asia. *The Central Asia-Caucasus Analyst*, 14 de março. <https://www.cacianalyst.org/publications/analytical-articles/item/13712-russias-war-in-ukraine-implications-for-central-asia.html>
- Estratégia Global (2016). *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe. A Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy*. Brussels: European Commission and High Representative of the EU for Foreign Affairs and Security Policy. https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs_review_web_0.pdf
- EU Strategy on Central Asia (2019). EU Builds a Strong and Modern Partnership with Central Asia, *Factsheet*. https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/factsheet_centralasia_2019.pdf
- European Commission (2023). EU-Kazakhstan strategic partnership becomes operational. *Press Release*, 19 de maio.
- European Commission (2025a). *The European Union and Central Asia establish a Strategic Partnership during groundbreaking Summit*, 4 de abril. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ac_25_990
- European Commission (2025b). *Speech by the President von der Leyen at the plenary session of the First EU-Central Asia Summit*, Samarkand, 4 de abril. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/speech_25_976
- European Council (2025a). *Remarks by President António Costa at the plenary session of the first EU-Central Asia Summit*, 4 de abril. <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2025/04/04/remarks-by-president-antonio-costa-at-the-plenary-session-of-the-first-eu-central-asia-summit/>
- European Council (2025b). *Remarks by President António Costa at the inauguration of the International Climate Forum*, 4 de abril. <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2025/04/04/remarks-by-president-antonio-costa-at-the-inauguration-of-the-international-climate-forum/>
- EEAS (2019). *Closing speech by High-Representative/Vice-President Federica Mogherini at the 1st EU-Central Asia Forum*, European External Action Service, 6 de julho, http://eeas.europa.eu/node/65103_en
- European Parliament (2024). Resolution of 17 January 2024 on the EU strategy on Central Asia, 2023/2106(INI). https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2024-0027_EN.html
- Fawn, R. (2022). 'Not here for geopolitical interests or games': the EU's 2019 strategy and the regional and inter-regional competition for Central Asia. *Central Asian Survey*, 41(4), pp. 675-698. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02634937.2021.1951662>

- Fernandez, R. (2011). Nabucco and the Russian gas strategy vis-à-vis Europe. *Post-Communist Economies*, 23(1), pp. 69-85. <https://doi.org/10.1080/14631377.2011.546976>
- Freire, M.R. (2020). EU and Russia competing projects in the neighbourhood: an ontological security approach. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 63(1), 1-18. <https://doi.org/10.1590/0034-7329202000113>
- Freire, M.R. (2025). Reinforcing EU's Actorness? A Look at EU's Reshaping of Security. In *EU Geopolitical Actorness in a Changing World* (pp. 29-53). Londres: Palgrave Macmillan.
- Gehring, T., Urbanski, K. e Oberthür, S. (2017). The European Union as an Inadvertent Great Power: EU Actorness and the Ukraine Crisis. *Journal of Common Market Studies*, 55(4), pp. 727-743. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jcms.12530>
- Guzzini, S. (2017). The argument: Geopolitics for fixing the coordinates of foreign policy identity. *Cooperation and Conflict*, 52(3), 400-403. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0010836717706985?icid=int.sj-abstract.citing-articles.99>
- Haroche, P. (2023). A "Geopolitical Commission": Supranationalism Meets Global Power Competition. *Journal of Common Market Studies*, 61(4), pp. 970-987, <https://doi.org/10.1111/jcms.13440>
- Interfax (2009). Туркменский газ в обход 'Газпрома' [Gás Turquemeno ignora a Gazprom], 13 de junho.
- Jiao, Wu (2013). Xi proposes a "new Silk Road" with Central Asia. *China Daily*, 8 de setembro. https://www.chinadaily.com.cn/china/2013xivisitcenterasia/2013-09/08/content_16952228.htm
- Kandiyoti, R. (2008). What price access to the open seas? The geopolitics of oil and gas transmission from the Trans-Caspian republics. *Central Asian Survey*, 27(1), pp. 75-93. <https://doi.org/10.1080/02634930802221232>
- Kassen, M. (2018). Understanding foreign policy strategies of Kazakhstan: a case study of the landlocked and transcontinental country. *Cambridge Review of International Affairs*, 31(3-4), pp. 314-343. <https://doi.org/10.1080/09557571.2018.1520809>
- Kassenova, N. (2022). China-Central Asia Relations: Re-learning to live next to the Giant, In *Routledge Handbook of Contemporary Central Asia* (pp. 202-217). Londres: Routledge.
- Kassenova, N. (2023). Central Asia's Balancing Act. *Asia Policy*, 18(2), pp. 20-29, <https://muse.jhu.edu/pub/136/article/893906/pdf>
- Krivokhizha, S., e Soboleva, E. (2022). The EU and China: how do they fit in Central Asia? *Central Asian Survey*, 41(4), pp. 715-733. <https://ideas.repec.org/a/taf/ccasxx/v41y2022i4p715-733.html>
- Lemon, E., e Jardine, B. (2024). Parallel Order Building: China's Changing Role in Central Asia's Security. In *Shifting Security and Power Constellations in Central Asia and the Caucasus* (pp. 41-66). Baden-Baden: Nomos.

- Lewis, D. (2008). *The Temptations of Tyranny in Central Asia*. Londres: Hurst.
- MacFarlane, N., e Menon, A. (2014). The EU and Ukraine. *Survival*, 56(3), pp. 95-101. <https://doi.org/10.1080/00396338.2014.920139>
- Mackinder, H. (1919). *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*. Nova Iorque: Holt.
- Makarychev, A. (2020). Illiberalism, Post-liberalism, Geopolitics: The EU in Central Asia. *Acta Via Serica*, 5(1), pp. 1-22. <https://actaviaserica.org/digital-library/54883>
- Manners, I. (2002). Normative Power Europe: A Contradiction in Terms? *Journal of Common Market Studies*, 40(2), pp. 235-258. <https://doi.org/10.1111/1468-5965.00353>
- Mearsheimer, J. (2014). Why the Ukraine Crisis is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. *Foreign Affairs*, 93(5), pp. 77-89. <https://www.jstor.org/stable/24483306>
- Megoran, N., e Sharapova, S. (Coord.) (2013). *Central Asia in International Relations: The Legacies of Halford Mackinder*. Londres: Hurst and Company.
- Melvin, N.J. (2000). *Uzbekistan: Transition to authoritarianism on the Silk Road*. Amsteldijk: Harwood.
- Menon, R. (2003). The New Great Game in Central Asia. *Survival*, 45(2), pp. 187-204. <https://doi.org/10.1080/00396338.2003.9688581>
- Novaya Gazeta (2009). Прага. Узбекистан, Казахстан и Туркмения не подписали политическую декларацию, подготовленную к открывшемуся в пятницу в саммите 'Южный коридор – новый шелковый путь' [Praga. O Uzbequistão, o Cazaquistão e o Turquemenistão não assinaram a declaração política preparada para a cimeira "Corredor Sul – Nova Rota da Seda", aberta na sexta-feira], 8 maio. <https://novyagazeta.ru/articles/2009/05/08/45250-praga-uzbekistan-kazahstan-i-turkmeniya-ne-podpisali-politicheskuyu-deklaratsiyu-podgotovlennuyu-k-otkryvshemusya-v-pyatnitsu-v-sammitu-yuzhnyy-koridor-novy-y-shelkovyy-put>
- Nuriddenova, A., e Arynov, Z. (2024). Diplomatic Engagement in Central Asia on the Rise. *The Diplomat*, 14 de maio. <https://thediplomat.com/2024/05/diplomatic-engagement-in-central-asia-on-the-rise/>
- Peyrouse, S., Boonstra, J. e Laruelle, M. (2012). Security and development approaches to Central Asia. The EU compared to China and Russia. *EUCAM Working Paper 11*, maio. https://www.files.ethz.ch/isn/143266/WP11_Security_development_approaches_Central_Asia.pdf
- Pradhan, R. (2022). Energy Geopolitics and the New Great Game in Central Asia. *Millennial Asia*, 13(2), pp. 265-288. <https://doi.org/10.1177/09763996211003260>
- RFE/RL (2009). EU Stresses 'Broad, Deep' Relationship With Uzbekistan, 15 de setembro. https://www.rferl.org/a/EU_Stresses_Broad_Deep_Relationship_With_Uzbekistan/1822850.html

- Sakwa, R. (2015). *Frontline Ukraine: Crisis in the Borderlands*. Londres: I.B. Tauris.
- Seeberg, P. (2009). The EU as a realist actor in normative clothes: EU democracy promotion in Lebanon and the European Neighbourhood Policy. *Democratization*, 16(1), pp. 81-99. <https://doi.org/10.1080/13510340802575858>
- Spaiser, O. A. (2015). The EU as a security actor in Central Asia: Minor but Not Marginal. *L'Europe en Formation*, 375(1), pp. 83-105. <https://doi.org/10.3917/eufor.375.0083>.
- Strategy Paper, 2002-2006 (2002). *Strategy Paper 2002-2006 & Indicative Programme 2002-2004 for Central Asia*, Council Regulation, 10 de outubro, <https://www.libertas-institut.com/de/ECTIS/EU%20StrategyPaperCentralAsia.pdf#:~:text=To%20implement%20this%20new%20strategy%2C%20an%20annual,has%20been%20foreseen%20for%20the%20years%202002%2D2006>
- Swanström, N. (2005). China and Central Asia: a new Great Game or traditional vassal relations? *Journal of Contemporary China*, 14(45), pp. 569-584. <https://file.setav.org/Files/Pdf/china-and-central-asia-silkroad-2005.pdf>
- Teles Fazendeiro, B. (2017). *Uzbekistan's Foreign Policy: The Struggle for Recognition and Self-Reliance under Karimov*. Londres: Routledge.
- Thornton, S. (2020). China in Central Asia: Is China winning the 'New Great Game'? Brookings, 20 de junho. <https://www.brookings.edu/articles/china-in-central-asia-is-china-winning-the-new-great-game/>
- Toktomushev, K. (2016). *Kyrgyzstan - Regime Security and Foreign Policy*. Londres: Routledge.
- Tskhay, A., e Costa Buranelli, F. (2020). Accommodating Revisionism through Balancing Regionalism: The Case of Central Asia. *Europe-Asia Studies*, 72(6), pp. 1033-1052. <https://doi.org/10.1080/09668136.2020.1779184>
- Umarov, T. (2022). Russia and Central Asia: Never Closer, or Drifting Apart? *Carnegie Politika*, 23 de dezembro. <https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2022/12/russia-and-central-asia-never-closer-or-drifting-apart?lang=en>
- Von Der Leyen, U. (2019). *Speech by President-elect von der Leyen in the European Parliament Plenary on the occasion of the presentation of her College of Commissioners and their programme*, Comissão Europeia, 27 de novembro. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/hr/speech_19_6408
- Wilson, A. (2014). *Ukraine Crisis: What it Means for the West*. New Haven: Yale University Press.
- Zabortseva, Y.N. (2016). *Russia's Relations with Kazakhstan: Rethinking ex-Soviet transitions in the emerging world system*. Abingdon: Routledge.
- Zielonka, J. (2008). Europe as a global actor: empire by example? *International Affairs*, 84(3), pp. 471-484. <https://www.jstor.org/stable/25144812>